

SESSÕES DO PLENÁRIO

57ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 6 de agosto de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Bobô, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Lucinha do MST, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Samuel Júnior, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (46)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Há sobre a Mesa, e gostaria de submeter ao Plenário, as atas das seguintes sessões ordinárias: 54ª, 55ª e 56ª, realizadas, respectivamente, em 18, 19 e 26 de junho de 2024; das sessões extraordinárias: 10ª e 11ª, realizadas, respectivamente, em 18 e 26 de junho de 2024.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Raimundinho.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, nobres colegas, reiniciando nosso trabalho nesta Casa, venho aqui, hoje, nesta data, esclarecer, Sr. Presidente, a situação em que se encontra o município de Dias Dávila. Hoje, pela manhã, os professores daquele município... as crianças no município de Dias D'Ávila, alunos da

rede municipal, se encontram sem ter aula. A merenda escolar daquele município, hoje, deixa a desejar, e muito. Agora, não é admissível um município como Dias D'Ávila, que tem uma riqueza imensa, deputado Leandro, ... a gente fica triste de ver um gestor, que foi eleito para administrar o povo daquela cidade... Essa noite, vídeos começaram a circular nas redes sociais sobre a falta de atendimento na área da saúde. A gente fica pasmo de ver como um prefeito, que foi eleito em um município tão próximo da nossa capital... e a gente fica vendo o descaso com a cidade de Dias D'Ávila. Eu, como um deputado eleito, representante daquele município, não poderia deixar de chegar aqui e externar a minha indignação e dizer que a cidade de Dias D'Ávila precisa ter um choque de gestão. Precisamos convocar as autoridades competentes para que a gente possa botar ordem naquela casa, porque não é admissível os professores fecharem hoje a BA-093 em busca de que o prefeito olhe para a classe dos professores. É um absurdo a gente conviver com tanto descaso no município de Dias D'Ávila.

Quero também, aqui, chamar a atenção para o fato de que é uma cidade que tem um potencial no turismo religioso. Na semana que passou, nós tivemos lá um público de mais de 30 mil pessoas na cidade de Dias D'Ávila. A Cidade Santa está instalada no município de Dias D'Ávila. Mas a gente fica a pasmo de ver a falta de respeito com aquele público tão bonito, tão maravilhoso que foi para a Cidade Santa. A gente fica vendo o descaso. Em uma cidade tão rica, o prefeito daquele município não teve a delicadeza de botar, pelo menos, uma faixa parabenizando todos os visitantes daquele turismo. E a gente vê tanta riqueza, tanta lindeza. Mas eu acho que o prefeito tem vergonha de falar para o resto do mundo que Dias D'Ávila existe. A gente ficou triste por ver 30 mil pessoas passando por lá e não ter nem uma praça, nem um mercado municipal. Não tem nada!

Há uns dias, nesta tribuna, eu denunciava aquele município porque lá existiam cinco ônibus do governo federal estacionados, se acabando. Lá, nós ficamos vendo as crianças andando a pé, subindo e descendo de um bairro para o outro, do entroncamento da cidade... a gente vê as crianças indo para o colégio: se estiver fazendo sol, é debaixo do sol; se estiver chovendo, é debaixo de chuva. E a gente não pode conviver com tanto descaso em um município tão próximo da nossa capital. E a gente fica pasmo de ver, com uma pessoa que foi eleita para administrar aquele município, o descaso estampado pelos quatro cantos da cidade.

E hoje, para completar, os professores, mais uma vez, paralisaram a entrada da cidade, dizendo que os professores merecem respeito e não o aumento de R\$ 0,46 que deu no final do ano, em dezembro.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A gente fica muito triste de ver a falta de respeito.

Quando você tem um município... A gente sabe que os três pilares da nossa Constituição são: a saúde, em primeiro lugar, a educação e a segurança. E o meu município, Sr. Presidente, já está próximo dos 100 mil habitantes. Ali tem um hospital, que eles fazem de "puxadinha". É triste ver que numa cidade com quase 100 mil habitantes.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para encerrar, eu quero dizer a V. Ex.^a, até hoje não construíram um leito de UTI. Eu fico olhando a falta de respeito com aquela comunidade, com o povo de Dias D'Ávila. A gente não pode admitir, em hipótese alguma, o desmando que está acontecendo hoje. A gente tem que chamar a atenção das autoridades. Uma cidade tão rica como a minha, que eu escolhi para morar... O povo de Dias D'Ávila merece respeito.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Raimundinho da JR.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrições, eu convido o deputado Leandro de Jesus para falar, pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos os colegas aqui presentes. Venho a esta tribuna neste dia, infelizmente, para falar de uma situação do Brasil e da Bahia que não é aquela desejada por nenhum de nós.

Quando nós costumamos... ou melhor, quando eu subo aqui para sempre relembrar e afirmar que o diabo é o pai da mentira, que o satanás veio para roubar, matar e destruir, eu costumo concluir, afirmando também, com toda a convicção, que o Luiz Inácio Lula da Silva é o seu principal emissário; é o filho primogênito da mentira, o enganador, o mentiroso. E aqui eu trouxe, até dentro de um saco de lixo, esta aqui é a melhor representação do Lula hoje, um mentiroso, ex-presidiário, que deveria ainda estar preso. E está aqui, um artista plástico que me enviou, a representação do Lula, o mentiroso, que deveria ainda estar preso. Mas ele veio para matar, roubar e destruir a nossa nação, representando aquilo que há de pior.

Não é à toa que estão aqui as matérias recentes sobre que o governo bloqueou 4,4 bilhões da saúde. Eu queria ver a bancada governista aqui, que é aliada do PT, falar sobre esses cortes. Seria importante dar satisfação à sociedade. São 4,4 bilhões, fora os outros cortes que já aconteceram. Ou seja, sem saúde as pessoas morrem. As pessoas aqui, na Bahia, já estão minguando, já morrem na fila da regulação, e o filho primogênito da mentira, o Lula, cortou 4,4 bilhões.

Não bastasse isso, cortou 2,1 bilhões das cidades no orçamento. Ou seja, significa menos investimento nas periferias; significa menos investimento no saneamento; significa menos investimento na mobilidade; significa mais pobreza, mais miséria, mais destruição.

Então, este aqui é o filho primogênito da mentira, o enganador, o mentiroso; e esta aqui é a melhor representação. Mas, mesmo em meio a toda essa situação, como ele é um mentiroso contumaz, é viciado em mentir, enganar e se aproveitar, da pior maneira possível, do papel, ou onde ele esteja, para os seus gastos pessoais, para se aproveitar daquilo que é do povo não tem limite: “Governo paga R\$ 83 mil para Janja

ir às Olimpíadas em Paris; gasto é o segundo mais alto em julho”. Ou seja, a gastadeira, aquela que não tem limite, que gosta de aparecer, está viajando "de boa", gastando dinheiro público. Enquanto isso, o povo sofre, perece e morre sem saúde e sem investimento na cidade.

Como Lula, para além de tudo isso que estamos falando, é um adepto de ditaduras, de tiranias, e, mais uma vez, é aquele que mente, aquele que engana, também, obviamente, aprova o assassinio de pessoas inocentes. Nós acompanhamos como é que o governo do Brasil, o Lula, tem-se manifestado em relação ao massacre que está acontecendo na Venezuela, bem como ao golpe que a esquerda está tentando impor lá contra a vontade popular. Esse filme a gente conhece, não é? Conhecemos esse filme.

E aqui está: “Fala de Lula sobre eleição na Venezuela tem repercussão negativa maior do que visita de Maduro ao Brasil...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

“...Petista afirmou...” – o Lula – “...que não havia ‘nada de anormal’ no pleito do último domingo, que declarou a reeleição do presidente venezuelano”.

Presidente, não, ali é um tirano, ali é um ditador, um assassino. E são com esses assassinos que a esquerda, a exemplo do Lula, costuma se aliar e defender. E querem fazer o mesmo aqui, no Brasil. E aqui, na Bahia, obviamente, vivemos uma situação peculiar, muito, muito parecida com o que ocorre na Venezuela. O que o Lula faz no Brasil, aqui, na Bahia, não é diferente.

Mas vamos seguir lutando, buscando a liberdade do nosso povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Hilton Coelho pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, eu achei interessante a fala do deputado que me antecedeu. Deputado que abertamente apoiou o Golpe de 64, que matou, torturou, violentou criminosamente milhares de pessoas neste país de maneira direta, que retirou os direitos do nosso povo, que internacionalizou a nossa economia; leia-se, gerou uma relação de dependência estrutural da economia brasileira, portanto, matando milhões e milhões de brasileiros e brasileiras por uma política perversa feita na ditadura militar. E que apoiou a última tentativa de golpe para que o presidente Lula não assumisse o cargo de direção do nosso país. E chega aqui, à frente, para falar de ditadura numa análise rasa sobre a situação da Venezuela como se houvesse algo incontestável acontecendo naquele país.

A Venezuela vem sofrendo, e não é de hoje, a pressão dos grandes oligopólios, especialmente do governo estadunidense, que quer, de qualquer forma, romper com qualquer contraposição à sua política internacional.

Então, respostas fáceis para problemas complexos é o que essa extrema direita se propõe a dar, e o povo brasileiro está cansado disso, sabe que a realidade é

complexa, seja ela nacional ou internacional. A gente precisa ter consistência para tratar dos problemas. Vocês estão descredenciados pela história para ser alternativa para o país e estão se desmoralizando no mundo.

Sr. Presidente, por falar em injustiça que precisa ser corrigida, em submissão internacional, eu quero cumprimentar o deputado Radiosvaldo... Radiovaldo, desculpe-me...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Radiovaldo, Radiola...

O Sr. HILTON COELHO: É porque eu conheço seu nome de luta.

Ele assume agora o mandato, e quero dizer que a sua chegada, deputado, a esta Casa muito nos alegra porque nós vamos ter mais uma voz para combater o que fizeram com a Bahia e com o Brasil. Eu falo, aqui, da privatização criminosa da nossa Landulpho Alves.

O deputado que subiu aqui tinha que vir falar aqui de justiça em relação ao preço da gasolina e do gás de cozinha dos baianos e baianas, que, hoje, está sendo ditado por uma empresa árabe que comprou criminosamente a nossa Landulpho Alves. Segundo a Polícia Federal, com todos os indícios de pagamento de propina com joias, colares, pulseiras que foram oferecidos ao ex-presidente da República, golpista, corrupto, agora indiciado com mais 11 capangas pela Polícia Federal para se explicarem sobre o crime contra a nossa Petrobras e a nossa Landulpho Alves.

Por isso o nosso PL... o nosso projeto de indicação, aqui, de reestatização da Landulpho Alves está mais atual do que nunca. E nós precisamos de todo o apoio dos deputados e deputadas para nos contrapormos a esse processo.

E por falar em corrupção ativa, eu quero falar também de corrupção ativa, passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Esses são os elementos que foram levantados em relação à última operação do Ministério Público sobre o Inema. Infelizmente, mas não sem aviso, acontece mais esse escândalo em relação à liberação de licenças na nossa Bahia. Eu quero dizer que foram constatados mais de 16 milhões distribuídos em propina, já identificados, em municípios como Camaçari, Guanambi, Riacho de Santana, Lauro de Freitas e Salvador.

Então, eu quero concluir dizendo, Sr. Presidente, porque o meu tempo está acabando, que a operação da Gaeco e da Promotoria de Proteção à Moralidade Administrativa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não tem como não nos indicar o que está acontecendo. Por exemplo, nós temos que saber o que está acontecendo com as praias de Salvador, os paredões que foram liberados para se cobrir a área de Salvador, que estão relacionados ao PDDU criminoso de Bruno Reis, e também com licenciamentos ambientais que são inexplicáveis. Nós queremos saber sobre o quilombo de Quingoma, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...)porque se falou de Lauro de Freitas também. Será que o quilombo de Quingoma está na lista das licenças liberadas por propina que o Inema fez no último período? Será que essas licenças estão relacionadas àquele crime ambiental lá do

Oeste baiano, com a liberação de verdadeiras outorgas de água, que são gigantescas e estão sacrificando o próprio futuro do cerrado?

O que está sendo feito na caatinga... Só para concluir, Sr. Presidente. A Bahia, só em 2022, desmatou da caatinga e do cerrado baianos o equivalente a três cidades de Salvador. Será que isso não tem nada a ver com esse escândalo dos licenciamentos criminosos que foi promovido, agora, pelo Inema. Por fim, esta Casa não pode se calar. CPI dos licenciamentos ambientais já! Nós queremos a verdade sobre os licenciamentos ambientais na Bahia para que os grandes interesses do nosso povo e da humanidade sejam preservados, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Hilton Coelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É com prazer que eu concedo a palavra a essa querida amiga, que assume uma vaga aqui, na Assembleia Legislativa, Lucinha do MST, essa liderança nacional dos movimentos sociais.

Por favor, Lucinha, 5 minutos do Pequeno Expediente para você trazer a sua mensagem para o povo da Bahia, neste momento histórico para os movimentos sociais e para o nosso partido.

A Sr.^a LUCINHA DO MST: Obrigada, nosso deputado.

Chegou aqui o presidente Adolfo. Saúdo os meus colegas deputados e as minhas colegas deputadas. Saúdo o nosso deputado Zé Raimundo na condição de presidente desta sessão. A nossa deputada Fabíola acaba de chegar ali. Saúdo os líderes.

Gostaria de dizer a esta Casa que é uma grande alegria assumir o cargo de deputada estadual. Já tivemos a oportunidade de subir a esta tribuna nas diversas posições neste nosso estado como movimento social e como secretária de estado. E, agora, para mim, é uma grande honra subir a esta tribuna para falar para todos e todas vocês como deputada estadual, Lucinha do MST, que teve mais de 44 mil votos por esta Bahia afora.

A gente quer se colocar à disposição desta Casa. Gostaria de dizer que, aqui, nós vamos trabalhar com afinco para fazer a defesa das nossas políticas e do nosso governo, tão bem representado pelo nosso governador Jerônimo e pelo nosso presidente Lula, em nível nacional.

Mas, também, trago a esta Casa as nossas grandes causas, as nossas grandes pautas. Isso nos fez caminhar até aqui. Trata-se da luta pela terra; da luta por uma agricultura saudável que produz e bota comida na mesa de todos e todas nesta Bahia e neste Brasil afora; da nossa grande pauta racial; e, lógico, da defesa das nossas mulheres, principalmente, as mulheres do campo. Então, este é o nosso dever.

O tempo que ficarmos aqui, substituindo a nossa Maria del Carmen, será para honrar o mandato dessa grande deputada, mas, sobretudo, também, para trazer as nossas grandes pautas, a nossa trajetória que a gente vem construindo por esta Bahia afora.

Um grande abraço para os companheiros e as companheiras e para os colegas deputados e as colegas deputadas. Vamos estar juntos contribuindo com o debate nesta Casa e na construção das nossas grandes pautas para ajudar o nosso governo estadual e o nosso governo federal.

Obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o próximo orador, deputado Zé Raimundo. (Silêncio)

Com a palavra a deputada Fabíola.

A Sr.^a Fátima Nunes: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bem, 1 minuto, Fátima, por favor.

Com a palavra a deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, subo hoje a esta tribuna para falar da violência política de gênero. Isso é algo que as mulheres deste Parlamento, aliadas à Procuradoria Especial da Mulher, vêm fazendo através de uma cruzada contra aqueles que humilham, ofendem, discriminam e tentam barrar candidaturas femininas, deputado Tiago Correia, que se colocam para as próximas eleições, e mesmo aquelas que já estão mandatárias.

Presenciamos, no último fim de semana, um verdadeiro ataque à pré-candidata Cinara Assis, do PSD, em Santa Luzia. Ela foi vítima de violência política de gênero, pois ela foi ofendida em sua honra, em sua integridade, ameaçada por correligionários do senhor candidato do Avante.

Fica, aqui, a nossa nota de repúdio para toda a imprensa baiana. Também, colocamos a Procuradoria Especial da Mulher – que V. Ex.^a, presidente Adolfo, em seu mandato, apoia –, para fazer valer a Lei nº 14.192, uma lei nova de 2021, que pune com pena de 1 a 3 anos de reclusão, deputadas Fátima e Olívia, todos os machistas que ataquem as mulheres em sua honra.

Estamos recolhendo provas contra os correligionários desse candidato que ofenderam a honra da pré-candidata Cinara Assis. Estivemos, recentemente, com o desembargador e presidente Abelardo da Matta, falando, deputado Rosemberg, exatamente, que nós temos de fazer valer a Lei nº 14.192/21, porque as mulheres mandatárias ou pré-candidatas não podem ter a sua honra ofendida.

Nós temos esta Assembleia, presidente, que tem um papel fundamental. E o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, deputada Lucinha... Aproveito o momento para te saudar, deputada Lucinha. Seja bem-vinda. V. Ex.^a é mais uma mulher que se enfileira nas trincheiras contra as várias violências políticas.

Mas, aqui, nós queremos registrar o nosso veemente repúdio contra as ofensas, contra os atos misóginos sofridos pela pré-candidata Cinara Assis, de Santa Luzia. Colocaram bonecas vestidas como ela dizendo que vai tomar lapada, lombo no chicote, desqualificando a imagem da mulher.

Isso dá cadeia! Isso dá reclusão, deputado Adolfo Menezes, nosso presidente! Não é porque é deste ou daquele partido. Coincidentemente, é do partido de V. Ex.^a.

Mas qualquer que fosse o partido, deputada Olívia Santana, nós estaremos unidas. As 10 mulheres desta Casa junto à Procuradoria Especial da Mulher estão unidas para punir agressores machistas, aqueles que acham que vão ficar impunes.

Durante o recesso, nós tivemos uma reunião no Tribunal Regional Eleitoral com as presenças das deputadas Neusa Cadore e Maria del Carmen, hoje, licenciadas: uma para tratamento médico; a outra porque assumiu a Secretaria de Políticas para Mulheres, a quem eu saúdo, porque tenho certeza de que vai desempenhar uma excelente missão sucedendo a grande deputada federal Elisângela Araújo, uma amiga desta Casa, uma parceira que tão bem exerceu o mandato de secretária da Mulher.

Ela, também, é contra. Aqui, fizemos seminários, fizemos termos de cooperação, deputado Tiago Correia, deputada Lucinha, deputada Fátima, deputada Olívia. Fizemos, aqui, termo de cooperação com a Secretaria da Segurança Pública, através da Superintendência de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que, hoje, está nas mãos da delegada Patrícia. Fizemos um termo de acordo com a Defensoria Pública e com o TRE.

De forma que estamos avisando, neste retorno do recesso, que se, durante o processo eleitoral, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mulheres candidatas e mulheres mandatárias sofrerem violência política de gênero, como manda a Lei nº 14.192, serão, veementemente, apoiadas pela Procuradoria. Esses agressores serão, exemplarmente, punidos com o apoio técnico da assessoria jurídica desta Casa através da Procuradoria.

Termino saudando, também, o mais novo deputado, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o deputado Radiovaldo, dizendo que, também, estaremos juntos nas pautas populares e progressistas em defesa deste grande governador, o governador Jerônimo Rodrigues.

Machistas não passarão! Punição neles!

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola, V. Ex.^a sabe, como todas as mulheres, que todas terão todo o apoio necessário desta Casa contra qualquer tipo de agressão, independente de município, de partido. A senhora sabe que pode contar com a Presidência da Casa e com tudo o que tiver ao nosso alcance.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, eu subo a esta tribuna, hoje, para o reinício dos trabalhos do segundo semestre deste ano de 2024, ano em que teremos as eleições municipais.

Naturalmente, estão disputando homens e mulheres. E nós queremos mais mulheres no poder, até porque temos o forte conceito e princípio de que lugar de

mulher é onde ela quiser. Que bom que muitas se colocam à disposição dos seus partidos e do seu município para disputar os cargos de prefeita e de vereadora.

A gente lamenta muito quando homens ou, às vezes, até alguma mulher, com a cabeça ainda descompreendida, digamos, desta missão nossa, se somam à luta daqueles que resolvem fazer e cometer violências políticas no sentido de imaginar que, ao atacar a companheira, irá assumir ou irá conquistar mais votos.

Portanto, quero dizer para nossa procuradora, a deputada Fabíola Mansur, que conte, realmente, com a nossa Comissão dos Direitos da Mulher, porque estaremos juntas.

Aqui, eu quero registrar, somando à sua fala, duas perseguições ocorridas recentemente.

Uma perseguição foi com a própria deputada que vos fala, num pronunciamento que um deputado fez esta semana, em uma convenção. Nem quero citar o nome, porque as redes sociais já estão dizendo do distrato e da fala indevida, feita por ele, na empolgação de defender o seu candidato.

A outra perseguição foi em relação à companheira Eulina, presidente do PT, em Ribeira do Amparo. Ela recebeu enxurradas de fake news e mentiras, inclusive, atacando e querendo manchar o nome como se ela tivesse cometido alguma fraude, alguma falcatura, dizendo que a Polícia Federal ia chegar à casa dela. Tudo mentira! Fake news para destratar e desmoralizar a companheira.

E outra perseguição – a senhora já tem conhecimento, porque já tratamos desse assunto – foi contra a companheira Loirinha, candidata ao cargo de prefeita na cidade de Adustina.

Mas é para dizer a todos os homens desta Bahia que nos acompanham que nós não temos medo de fake news, de invenções, de mentiras, nem de ataques pessoais, porque a gente sabe qual é o nosso lugar, sabe qual é o nosso papel. A gente quer fazer uma sociedade justa e digna de oportunidade para todos e todas.

Então, feita a minha fala, eu me somo à fala da deputada Fabíola Mansur.

Eu quero registrar o nosso acolhimento à deputada Lucinha do MST que assume, nesta semana, o lugar da nossa companheira, a deputada Maria del Carmen, que se licenciou por um período para fazer o tratamento de saúde.

Também, quero saudar o nosso deputado Radiovaldo, de Alagoinhas. Eu, sempre, coloco muitos projetos da minha mente para a mente dele. Mas quando uma coisa não dá certo, a gente não desiste, segue caminhando.

Que bom que, nesses dias, pelo licenciamento da nossa deputada Neusa Cadore para assumir um cargo importante no estado da Bahia, a Secretária de Políticas para as Mulheres, a qual eu parabeno pela competência e pela caminhada de luta. Ela já foi gestora da cidade de Pintadas, portanto, tem a competência...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) para cuidar muito bem do nosso estado na Secretaria de Políticas Para as Mulheres.

Tenham certeza, deputado Radiovaldo e deputada Lucinha do MST, de que as nossas bandeiras de luta social, de luta por direitos, da garantia da democracia e da

cidadania são bandeiras caras para nós, muito altas, que a gente continua acenando, no Plenário, nas ruas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e nas convenções e nas campanhas, onde estamos também próximos dos nossos candidatos do partido da aliança do governador Jerônimo Rodrigues.

Vamos juntos fazendo a diferença, fazendo com que a nossa Bahia prospere cada vez mais e os direitos sejam garantidos para todo o nosso povo.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Presidente, colegas deputados e deputadas, em primeiro lugar, quero saudar todos os nossos colegas presentes na volta ao trabalho legislativo e, de maneira especial, saudar a chegada, nesta Casa, da nossa querida Lucinha do MST, que acaba de assumir a vaga de deputada. Ela obteve excelente votação. Com certeza, ela será eleita na próxima eleição.

Eu quero dizer que a Casa ganha com as presenças de Lucinha e de Radiovaldo, que também aproveito para saudar. Eles são dois militantes da luta por direitos no movimento sindical, no movimento do direito à terra. Sejam, portanto, bem-vindas e bem-vindos.

Ao mesmo tempo, eu quero saudar e desejar plena recuperação à nossa querida colega e deputada Maria del Carmen, que está fazendo o seu tratamento de saúde. Desejo que ela possa se recuperar plenamente e voltar ao nosso convívio.

Quero, Sr. Presidente, me solidarizar a Cinara, candidata ao cargo de prefeita em Santa Luzia. A deputada Fabíola fez referência a esse fato. Acho que é uma situação que todas nós temos de nos pronunciar. A Cinara Assis é candidata ao cargo de prefeita de Santa Luzia. Ela sofre com essa atitude machista e misógina através de uma representação violenta contra a candidata em tela.

O debate político deve se dar na base do argumento, e não na violência, na violência verbal, violência psicológica, na tentativa de desqualificação. Esse processo, deputada Fabíola, já está ganho para ela. Ela não pode deixar de acionar a lei. Existe, hoje, uma lei que enfrenta a violência política de gênero.

E esses canalhas que fizeram esse tipo de ataque vão ter de responder judicialmente e pagar, também, no plano da Justiça, por esse grau de ofensa. Quando uma mulher sofre violência, todas nós, mulheres, nos sentimos impactadas. Por isso, temos o lema: mexeu com uma, mexeu com todas!

Sugiro e encaminho, aqui, documento para a nossa Comissão dos Direitos da Mulher, presidida pela deputada Soane. A procuradora e deputada Fabíola já se pronunciou. Mas a comissão também tem de se pronunciar. Eu já ratifico os procedimentos que devem ser desenvolvidos pela nossa comissão e pela Procuradoria no sentido da defesa desta candidata e de qualquer outra mulher que sofra violência política de gênero, no sentido de tentar descartar, tentar intimidar, tentar impedir que essa mulher possa seguir em frente.

Quero, aproveitando este tema, Sr. Presidente, fazer um apelo. Primeiro, saúdo todas as mulheres que chegaram até este momento de registro das suas candidaturas. São mulheres que se candidataram aos cargos de prefeita e de vereadora em diversos municípios baianos e em todo o país.

Quero desejar boa sorte, que seja uma trajetória de respeito e de altivez. Nós sabemos que somos a minoria no ambiente da disputa política eleitoral, mas merecemos, precisamos e temos, legalmente, assegurado pela Constituição e pela lei eleitoral, o direito de participar deste processo. Acontece a mesma coisa em relação em relação a candidaturas negras, mulheres e homens negros que se colocam também em tela.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Faço um apelo aos partidos. Todos os partidos políticos precisam respeitar a lei eleitoral e garantir a partilha dos recursos do fundo eleitoral, assegurando a distribuição proporcional desses recursos em relação às candidaturas de homens e de mulheres negras, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) respeitar a cota de gênero, pois essa tem de ser, no mínimo, 30% ou de candidatura de mulheres ou de candidaturas de homens.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Sr. Presidente, para finalizar, quanto a essa questão do financiamento, isso é extremamente importante. Não basta termos candidaturas. É preciso viabilizar eleitoralmente com financiamento de campanha eleitoral, com a participação nas propagandas de televisão e de rádio, garantindo o direito dessas candidaturas de se apresentarem dignamente com competitividade e possibilidade de êxito.

Quero fazer um apelo aqui: as pessoas que não são negras não devem... por favor, não se autodeclarem pardas. Ao fazer isso com o nítido interesse de acessar o financiamento eleitoral dirigido às pessoas negras e às pessoas pretas que sofrem racismo, automaticamente você estará burlando a partilha do fundo eleitoral, violentando uma política pública conquistada com tanta luta pelo movimento negro, pelo Movimento de Mulheres.

Que a gente possa fortalecer esses grupos, que não são só sub-representados, são sistematicamente excluídos, não existem nos espaços de poder ou, quando estão lá, são uma presença diminuta. Portanto, é preciso banir o afro-estelionato e o afro-oportunismo e garantir muita seriedade no trato e no respeito a uma conquista de uma política pública fundamental para corrigir as distorções em relação a essa situação de mulheres e de negros serem maioria populacional, porém minorizados na hora da representação nos espaços de poder.

É isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, membros da imprensa, membros das galerias que nos acompanham nessa tarde de terça-feira.

Eu quero começar desejando boa sorte aos novos colegas de bancada e do Parlamento: o deputado Radiovaldo e a deputada Lucinha.

Radiovaldo é um militante do movimento sindical que tem uma base forte de representação na região do Litoral Norte, na sua cidade querida, Alagoinhas. Ele traz para cá essa experiência, a experiência de representar os trabalhadores urbanos daquela ação contundente em defesa da Petrobras enquanto empresa pública brasileira.

A vinda de Radiovaldo enriquece o nosso debate público, o debate sobre a soberania do Brasil. Com domínio nessas áreas de gás, de petróleo, ele é uma figura que vai contribuir muito para dar representatividade, vez e voz aos trabalhadores brasileiros e aos trabalhadores baianos. Eu quero desejar boa sorte e boas-vindas ao companheiro Radiovaldo.

A companheira Lucinha do MST orgulha todos nós. É a primeira sem-terra a assumir uma cadeira neste Parlamento estadual. É uma mulher forjada na luta do nosso povo, que conhece as nossas dificuldades e que traz uma voz potente e importante desse segmento que, muitas vezes, é vítima de ações de difamação, de questionamentos sobre sua atuação em favor de conseguir terra e condições de vida para aqueles que são deserdados da estrutura do estado. Lucinha vai dar voz a esse segmento importante e muitas vezes invisível para um conjunto de pessoas. Seja bem-vinda, companheira. Eu sei que, além dessa questão, a luta e a bancada das mulheres saem fortalecidas.

Quero mandar um abraço para a deputada Maria del Carmen e desejar a ela pronta recuperação da sua saúde. Que ela possa retornar ao Parlamento com a sua capacidade de reflexão, de trabalho, que é muito notada por todos nós.

Também quero mandar um abraço e desejar boa sorte à deputada Neusa Cadore, que agora é secretária da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ela tem, em sua trajetória, a luta pelo feminismo, contra a violência em relação às mulheres como bandeira. Agora ela vai ter a oportunidade de implementar políticas públicas para preservar, proteger e guardar esse segmento, que é maioria na sociedade, mas infelizmente é vítima de todo tipo de opressão, preconceito e violência.

Mas, Sr. Presidente, eu quero hoje também saudar o Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub), que completa 56 anos de existência.

(Lê) “Em 6 de agosto de 1968, nasceu a Associação dos Professores Universitários da Bahia – Apub –, que é a mais antiga associação de representação profissional dos docentes universitários do Brasil.

A entidade surgiu como uma reação à tentativa de invasão pela Polícia Militar à Escola Politécnica da Ufba, em período de grande resistência da sociedade contra a ditadura. A Assembleia de constituição aconteceu no mesmo ano, na qual foi elaborado o Estatuto da Associação de Docentes, registrado posteriormente.

Após o AI-5, período mais sombrio da Ditadura Militar, as atividades públicas foram descontinuadas, ficando a Apub sob guarda do professor da Escola Politécnica da Ufba, Guilherme Radel, seu primeiro presidente, falecido em janeiro de 2019.

O seu funcionamento só foi reativado entre os anos de 1977 e 1978. E a sua sede passou a ser no Instituto de Física da Ufba. Após o fim da ditadura em 1985, uma grande vitória: A Apub ocupou o prédio do Serviço Nacional de Informações (SNI),...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

“(...) localizado na Rua Padre Feijó, nº 49, no Canela, endereço que centralizava a fiscalização ideológica na Ufba.

A faixa ‘O SNI Não Mora Mais Aqui’ repercutiu no país inteiro. Naquela sede, a Apub funcionou até 20 de março de 2015, quando inaugurou sua atual sede própria, localizada na Federação.”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

“Ao longo dos 56 anos de fundação, esse sindicato segue no cumprimento das suas pautas relativas ao trabalho e a vida das educadoras e educadores, e refletindo ao lado de professores e professoras formas de lutar em defesa da democracia, da universidade pública, autônoma, gratuita e democrática.”

Então, parabéns à Apub pelos seus 56 anos.

Sr. Presidente, peço só mais 1 minuto para registrar que hoje, 6 de agosto, é uma data muito importante para aqueles que lutam por uma melhor prestação do serviço de distribuição de energia elétrica no nosso estado. Hoje completa 27 anos a concessão da Coelba, do grupo Neoenergia. Porque faltam 3 anos para fechar o seu exercício à frente dessa concessão, a partir de hoje, a Coelba pode pedir a renovação por mais 30 anos para exploração do serviço de distribuição de energia. Pasmem, o contrato permite que, daqui a 1 ano e meio, ele seja renovado automaticamente se o Ministério de Minas e Energia nada responder.

Então, hoje, estou entrando com uma moção de repúdio pelos maus serviços prestados pela Coelba e manifestando a minha posição contrária a esse monopólio ser renovado. Nós precisamos de um serviço melhor, de maior qualidade. A Coelba não atende aos interesses da Bahia, é campeã de reclamações por 3 anos no Procon e, além disso, traz uma insegurança energética ao nosso estado.

Várias atividades industriais, comerciais, de serviço público estão paralisadas pela falta de investimentos dessa empresa. Ela não pode, em hipótese alguma, continuar por mais 30 anos. Tem de ocorrer uma concessão fruto de uma concorrência, de uma licitação nacional e internacional, para que um novo modelo com novas propostas e novas empresas possam disputar, e a gente tenha condições de ter um contrato mais adequado e uma certa prestação de serviço mais correta em relação a essa necessidade de distribuição de energia.

Portanto, fica aqui o meu repúdio à Coelba e o meu alerta: nós vamos lutar até o fim para que essa concessão não seja renovada automaticamente e a Bahia não continue no prejuízo que a Coelba causa a todos os baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas deputados, quero fazer coro aqui com todos os colegas que me antecederam, dando boas-vindas a deputada Lucinha do MST. Não a conhecia, apenas conhecia a história. Seja muito bem-vinda ao Parlamento, como também o Radiovaldo que já conheço, porque morei em Alagoinhas, meu pai também foi pastor naquela cidade. Lucinha, independente de às vezes divergirmos, o que é natural do processo político, eu sempre tenho muito respeito aqui por todos meus colegas deputados.

Mas o que me faz, presidente, subir à tribuna, no dia de hoje, é para falar, minha cara deputada Fabíola, sobre Herodes. Herodes foi um rei que agia cruelmente. Ele mandou matar João Batista, mas uma das coisas que mais chamou a atenção no reinado de Herodes, Priscila, foi que ele mandou matar todas as crianças que nascessem do sexo masculino e até as que já haviam nascido até 2 anos de idade.

Isso é para quem crê e acredita na Bíblia Sagrada, meu caro Carlinhos e meu caro deputado Rosemberg, eu sei que de vez em quando na sua cabeceira o senhor faz uma leitura da Bíblia Sagrada.

Quando Jesus nasceu, Herodes procurou saber dos magos onde Jesus estava, porque ele também queria adorar, meu caro deputado Tiaguinho, Jesus Cristo que havia nascido. Mas, logo os magos entenderam que Herodes não gostava de crianças e, portanto, não gostava dos evangélicos. Então os magos perceberam que, na verdade, Herodes queria se aproximar, meu caro Hassan, de Jesus para fazer a mesma coisa que ele já havia determinado anteriormente.

E o que tem isso a ver? Na verdade, boa parte da esquerda, para não generalizar, nunca foi fã do segmento evangélico. A gente sempre viu isso nas pautas que eles mesmos defendem, mas, agora nas convenções, o que nós vimos foram vários Herodes convidando evangélicos para serem vices, mas com o mesmo sentimento, porque isso já está enraizado.

Eles estão achando que nós seremos enganados. Não fiquem enganados sobre isso, porque o sentimento continuará a mesma coisa. Nós vamos continuar defendendo aquilo que nós acreditamos, aquilo que nós pautamos. Eu sei que, às vezes, uns de vocês vão à igreja, é natural, principalmente num período como este, mas a gente sabe, de fato, aquelas pessoas que têm o sentimento cristão.

Eu não estou falando daquelas pessoas que são evangélicas, porque nem todo mundo é evangélico, meu caro Geraldo, mas há aquelas que têm o verdadeiro sentimento cristão. Nós evangélicos não seremos enganados por Herodes, meu caro deputado Adolfo, na eleição de 2024. Nós temos lado. Nós temos posicionamento.

Aquilo que nós acreditamos, aquilo que nós aprendemos na Bíblia Sagrada, independentemente de que o sangue dê na canela, vamos continuar defendendo, porque foi isso que nós aprendemos desde crianças.

Essas são as minhas palavras, presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidoras e servidores.

Eu queria primeiramente dar as boas-vindas à deputada Lucinha e dizer que ela substituirá, por um período, a deputada Maria del Carmen, que se afastou e é uma grande parlamentar, presidenta da Comissão de Constituição e Justiça. Mas com isso a gente traz para esta Casa uma pauta muito cara para todos nós, a capacidade de produzir; a capacidade de distribuição de terra, para que a gente possa fazer da nossa sociedade uma sociedade menos desigual, com todos tendo a oportunidade de trabalhar naquilo que lhe é peculiar. A terra e a produção de alimentos são de uma importância significativa para todos nós.

Então, Lucinha, a sua vinda aqui está para além das questões gerais do ponto de vista do conceito de sociedade, nessa pauta em defesa intransigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, para nós, é muito importante a sua presença.

O deputado Radiovaldo é meu colega da Petrobras. Ele traz para cá também a pauta da infraestrutura de um país com energia a partir de fontes renováveis, em que pese ser originário da Petrobras, que utiliza a energia fóssil como energia principal para geração da economia. Mas hoje a Petrobras também tem na sua pauta um investimento significativo nas energias renováveis.

Deputada Fabíola Mansur, eu venho endossar as suas palavras e dizer que nós precisamos nessas eleições realmente atuar de forma coesa numa pauta que é muito cara para todos nós, a pauta da defesa das mulheres. Eu vi, da mesma maneira que a maioria dos cidadãos e das cidadãs de Santa Luzia viu nesse final de semana, a partir do prefeito Fernando Brito – e é preciso dar os nomes –, utilizarem uma simbologia da campanha de Cinara, que é uma boneca, e transformá-la. Pegaram uma boneca com o rosto da nossa candidata e fizeram cenas de agressão à mulher, de agressão física. Utilizar, inclusive, além das suas palavras, as palavras dos seus apoiadores, agressão, dar lapada, virar a boneca, bater na bunda da boneca como se fosse uma alusão ao que fariam com Cinara, isso é motivo de repúdio.

Eu acho que nós temos de dizer à população de Santa Luzia, a todos os homens e principalmente às mulheres, que nós não podemos permitir que uma pessoa, prefeito da cidade, utilize desse tipo de artifício numa disputa eleitoral. Isso é uma forma grosseira, desleal. É uma agressão a uma mulher que se desponta como a sua opositora do ponto de vista da gestão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então eu quero aqui reafirmar, quero convocar, convidar, na realidade, todas as mulheres parlamentares, para, na oportunidade, a gente fazer em Santa Luzia uma grande manifestação de repúdio a essa pessoa agressora de mulheres, o Fernando Brito.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Meu querido pastor, colega, amigo, a tolerância é algo que nós temos de entender em todas as relações. Eu sou originariamente da Igreja Católica, é a minha formação, como é a formação da maioria dos nossos militantes da esquerda. A tolerância é fundamental para se entender as diferenças.

No fundo, no fundo, não há uma tentativa de atrair diferentes no pensamento religioso, muito pelo contrário, há a perspectiva de a gente respeitar as diversas religiões. Eu entendo que nós precisamos respeitar as opiniões religiosas, desde as religiões de matrizes africanas, as religiões orientais, as religiões católicas, as protestantes, as neopentecostais, todas elas, porque todas têm Deus como referência. Nós precisamos fazer o exemplo.

V. Ex.^a não sabe como me incomoda não ter nesta sala a referência a todas as religiões. Esta Casa fez uma opção de fazer uma simbologia a uma única religião. Nós precisamos, ao longo do tempo, entender que todas as religiões são de opção de cada cidadão e de cada cidade.

Nós precisamos estar juntos, inclusive, na política também. Eu tenho aliados que são padres e pastores, certo? Também homens e mulheres do candomblé; espíritas como Cristina Almeida, que coordena o cento espírita da minha cidade Itororó.

Eu acho que isso é o que a esquerda prega: unidade, tolerância e respeito às opiniões religiosas.

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Concedo um aparte ao deputado Samuel Junior.

O Sr. Samuel Junior: A questão, deputado Rosemberg, é que esse sentimento de V. Ex. a só está sendo aflorado agora, mas não foi isso que a esquerda vivia, não. A esquerda sempre criticou o segmento evangélico e sempre o perseguiu. Recentemente, viu que o segmento evangélico tem posicionamento, tem força, tem representatividade, aí a esquerda está fazendo um aceno. Mas, fica em paz, eu amo V. Ex. a mesmo me devendo uma carne do sol...

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Ah, não.

O Sr. Samuel Junior: (...) mesmo assim eu amo V. Ex.^a e tenho respeito pela sua história.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Às vezes, as nossas diferenças são confundidas do ponto de vista da religião, mas são pautas que, às vezes, nós defendemos com posicionamentos diferentes.

Então, é uma pauta de costumes que às vezes nos traz diferenças, mas isso não diminui, nem da esquerda e nem da direita, a relação com Deus. O que nos diferencia são, às vezes, as pautas que nós defendemos e eu respeito todas elas. Eu tenho uma opinião sobre diversos temas, mas eu acho que não é a religião que será a definidora da opinião de V. Ex.^a ou da minha, ou seja, é a sociedade que nos orienta como devemos seguir. Fique tranquilo que nós vamos comer essa carne do sol para que possamos unificar as nossas pautas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, sobre o assunto que o líder Rosemberg estava falando com o deputado Samuel, o mais importante é isso: o respeito a todos. Nessa semana, deputada Fabíola, eu fiz questão de ir à Mansão do Caminho que tem à frente o gigante Divaldo Franco, que faz um trabalho social fenomenal com 2,5 mil crianças de 4 meses à adolescência, oferecendo ensino de qualidade e tratamento de saúde de qualidade. Quer dizer, um trabalho fenomenal.

Ordem do dia.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Samuel Junior: Quero lembrar que há um acordo do líder da Oposição e do líder do Governo, que aqui está representado pelo meu colega deputado Tiago e com aquiescência de V. Ex.^a. É só para deixar claro que o Grande Expediente hoje é do bloco Republicanos, do qual faço parte. Então, como há um acordo, nós estamos pulando a parte do Grande Expediente e nós estamos com crédito para a próxima sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tranquilo.

O Sr. Samuel Junior: O.k.? Muito obrigado, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sem problema.

Então, por acordo entre o deputado Rosemberg, líder do Governo, e o deputado Alan, líder da Oposição e da Minoria...

(Lê) *“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex.^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 25.428/2024, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a redução de multas e acréscimos moratórios de débitos fiscais do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, na forma que indica, e dá outras providências.”

Esse projeto estava prestes a ser votado no final do ano e não foi possível. Por acordo, deputado Rosemberg Pinto, quem é o relator?

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Tiago.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar o projeto, deputado Tiago Correia. Esse projeto – para quem não viu – trata do Refis. Um projeto que normalmente é feito e beneficia milhares de pequenas e médias empresas.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas que nos acompanham nesta sessão de terça-feira, amigos da imprensa e servidores desta Casa.

Sr. Presidente, encontra-se em minhas mãos o (Lê) *“PARECER*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Defesa do Consumidor e relações de Trabalho; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.428/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘dispõe sobre a redução de multas e acréscimos moratórios de débitos fiscais do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS’”, o qual passo a relatar.

(Lê) “Encaminha, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto que ora venho relatar, tendo por objetivo ‘instituir Programa de Pagamento e Parcelamento Incentivado de débitos fiscais relativos ao ICMS, além de prever condições diferenciadas para o pagamento do débito fiscal de empresário ou sociedade empresária em recuperação judicial ou com falência decretada’, conforme registra a Mensagem Governamental, na qual afirma ainda, o Chefe do Poder Executivo, que a medida ‘contribuirá para a redução de litígios tributários na esfera administrativa e judicial, assegurando o recebimento de recursos financeiros necessários à prestação de serviços públicos, além de possibilitar a regularização da situação fiscal de empresas contribuintes do ICMS, estabelecidas no Estado.’

Os débitos a que se refere o Programa, relacionados ao ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2023, poderão ter redução nas multas por infrações e dos acréscimos moratórios, com redução de 95% para pagamento à vista, ou redução de 90% para pagamento em 2 ou até 12 parcelas sucessivas, e ainda de 85% para pagamento em 13 a 24 parcelas mensais e sucessivas.

Também são oferecidas condições especiais para empresário ou sociedade empresária com deferimento do processamento da recuperação judicial, ou contribuinte cuja falência tenha sido decretada judicialmente, com redução de multas e acréscimos moratórios para pagamento: à vista, com redução de 95%; de 2 até 48 parcelas, com redução de 90%; de 49 a 72 parcelas, com redução de 85%; de 73 a 96 parcelas, com redução de 80%; e de 97 a 120 parcelas, com redução de 75%.

Trata-se, assim, de matéria de grande interesse para os contribuintes com inadimplência no pagamento do ICMS, bem como para a Administração, com a redução de litígios tributários e o recebimento de recursos financeiros.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, venho propor, na condição de Relator, a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

O caput do art. 10 do Projeto de Lei nº 25.428/2024 passa a ter a seguinte redação.

Art. 10 - Os servidores do Grupo Ocupacional Fisco, inclusive os nomeados com base no parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.210, de 22 de março de 2002, em atividade na Secretaria da Fazenda, participando de programa especial de recuperação de créditos tributários, farão jus a auxílio pecuniário para indenizar o uso de veículos próprios e deslocamentos extraordinários demandados em função das ações acrescidas para seu desenvolvimento, além de capacitação, informática e comunicações.

Justificativa: A presente emenda visa alterar o caput do art. 10 do Projeto de Lei nº 25.428/2024, de forma a promover o aprimoramento e alcance da norma.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação com a modificação proposta pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2024.”

Entendo que o referido projeto alivia, de maneira considerável, principalmente os contribuintes que se encontram nas condições que ora relatei, que enfrentaram recentemente a pandemia e vêm enfrentando os problemas estruturais e econômicos que o nosso país vive hoje. Então, trata-se de um projeto de extrema relevância para o setor produtivo do nosso estado que sofre com altas cargas tributárias.

Então, Sr. Presidente, o meu parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 25.428/2024, com a emenda proposta por esta relatoria. É o relatório.

Sem mais, muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Para encaminhar, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, nós vamos registrar o nosso voto contrário a esse projeto.

Não de maneira atropelada, mas no diálogo com os servidores da Fazenda – os fazendários –, elementos surgiram da reflexão dessa categoria, que tem um profundo compromisso com a capacidade de arrecadação do estado, porque tem compromisso com o financiamento do estado para que se consiga garantir, de fato, uma ação efetiva do mesmo em relação aos direitos da nossa população.

Veja, é o nono Refis que a Bahia vive em 12 anos. Isso significa que determinadas empresas podem estar esperando que no ano que vem tenha um outro Refis. Nesse sentido, isso pode estimular uma deseducação tributária no sentido de postergação, bem como uma expectativa de que o pagamento das suas obrigações enquanto empresa seja reduzido através de uma espécie de vício, que é alimentado por um ciclo de refinanciamento que não termina.

Portanto, por um posicionamento crítico, pela falta de envolvimento dos fazendários e das fazendárias, que são as pessoas que, no dia a dia, reconhecem e sabem quais são os potenciais de se fazer refinanciamento, assim como em que medida isso pode estar prejudicando o interesse público ou não; em função dessa sintonia com a categoria, que merecia ser respeitada pela cúpula da Secretaria da Fazenda, o voto do Partido Socialismo e Liberdade será um voto contrário, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por acordo, com o voto contrário do deputado Hilton, do Psol.

Aprovado o Projeto de Lei nº 25.428/2024, em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 25.428/2024

Dispõe sobre a redução de multas e acréscimos moratórios de débitos fiscais do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -ICMS, na forma que indica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Pagamento e Parcelamento Incentivado de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2023.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo se aplica inclusive aos débitos objeto de parcelamento em curso e os decorrentes de penalidades pecuniárias por descumprimento de obrigações acessórias.

Art. 2º - Os débitos referidos no art. 1º desta Lei poderão ser pagos com redução das multas por infrações e dos acréscimos moratórios, nas condições a seguir indicadas:

I - à vista, com redução de 95% (noventa e cinco por cento);

II - de 2 (duas) a 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 90% (noventa por cento);

III - de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 3º - Aos contribuintes do ICMS classificados como empresário ou sociedade empresária, com deferimento do processamento da recuperação judicial, ou contribuinte cuja falência tenha sido decretada judicialmente, os débitos referidos no art. 1º desta Lei poderão ser pagos com redução das multas por infrações e dos acréscimos moratórios, nas condições a seguir indicadas:

I - à vista, com redução de 95% (noventa e cinco por cento);

II - de 02 (duas) até 48 (quarenta e oito) parcelas, com redução de 90% (noventa por cento);

III - de 49 (quarenta e nove) a 72 (setenta e duas) parcelas, com redução de 85% (oitenta e cinco por cento);

IV - de 73 (setenta e três) a 96 (noventa e seis) parcelas, com redução de 80% (oitenta por cento);

V - de 97 (noventa e sete) a 120 (cento e vinte) parcelas, com redução de 75% (setenta e cinco por cento).

Parágrafo único - Caso a recuperação judicial não seja concedida, o parcelamento previsto neste artigo será rescindido e o saldo remanescente será inscrito em dívida ativa ou encaminhado para prosseguimento da execução.

Art. 4º - O pagamento do débito fiscal somente será admitido em moeda corrente.

§ 1º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$500,00 (quinhentos reais).

§ 2º - Sobre os valores das parcelas previstas nesta Lei, haverá incidência da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

§ 3º - O atraso no pagamento de qualquer parcela por prazo superior a 60 (sessenta) dias implicará na rescisão do parcelamento e exigibilidade imediata da totalidade do débito, com restabelecimento da multa e dos acréscimos legais sobre o total original do crédito tributário, abatidos os valores pagos pelo devedor.

Art. 5º - O percentual dos honorários advocatícios decorrentes da cobrança da dívida ativa tributária, para a transação disciplinada nos termos desta Lei, deverá observar o disposto no inciso XV- A do art. 8º da Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009.

Art. 6º - O prazo máximo para adesão ao programa de que trata esta Lei é de 90 (noventa) dias, contado da data de publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por igual período mediante ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º - A adesão ao programa de que trata esta Lei implica reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos e fica condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam os autos judiciais respectivos, e à desistência de eventuais reclamações, defesas e recursos interpostos no âmbito administrativo, apresentados em nome do respectivo sujeito passivo.

Art. 8º - O tratamento instituído por esta Lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 9º - A relação dos contribuintes que aderirem ao programa instituído por esta Lei será publicada no Diário Oficial do Estado ou na página da Secretaria da Fazenda na internet, no endereço eletrônico <http://www.sefaz.ba.gov.br>, contendo nome ou razão social e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ou no Cadastro de Pessoas Físicas, até último dia do mês subsequente ao encerramento do prazo de adesão.

Art. 10 - Os servidores do Grupo Ocupacional Fisco, inclusive os nomeados com base no parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.210, de 22 de março de 2002, em atividade na Secretaria da Fazenda, participando de programa especial de recuperação de créditos tributários, farão jus a auxílio pecuniário para indenizar o uso de veículos próprios e deslocamentos extraordinários demandados em função das ações acrescidas para seu desenvolvimento, além de capacitação, informática e comunicações.

§ 1º - O auxílio pecuniário a que se refere o caput deste artigo será concedido na forma e nas condições a serem disciplinadas em ato do Chefe do Poder Executivo, observado o limite máximo mensal individual de metade do valor médio recebido pelos integrantes ativos da respectiva carreira com base na Lei nº 7.800, de 13 de fevereiro de 2001, no mês de dezembro do ano anterior ao pagamento.

§ 2º - O Secretário da Fazenda poderá estender as hipóteses de pagamento da indenização de que trata este artigo a atividades de estímulo à conformidade tributária.

§ 3º - Fica vedado ao servidor que venha a fazer jus ao auxílio pecuniário de que trata este artigo:

a) a percepção cumulativa de vantagens pecuniárias de mesma natureza, em especial da indenização de transporte;

b) o recebimento de diárias para deslocamento dentro do Estado, quando não envolver pernoite, e o uso de veículos de propriedade ou custeados pela Secretaria da Fazenda.

§ 4º - O auxílio pecuniário de que trata este artigo:

a) não se incorporará à remuneração do servidor para nenhum efeito;

b) não será considerado no cômputo do décimo terceiro salário, do acréscimo de 1/3 (um terço) de férias e dos proventos na aposentadoria;

c) não servirá de base para o adicional por tempo de serviço nem para qualquer outra parcela de natureza salarial.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de agosto de 2024.

Deputado Tiago Correia
Relator

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Comunicação inadiável da deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, como deputada do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa, eu quero aproveitar o dia de hoje para fazer uma Moção de Aplauso pelos 77 anos do PSB, que está presente no país inteiro, de Norte a Sul. Partido do grande João Mangabeira, do nosso Miguel Arraes, de Eduardo Campos de Lídice da Mata; de Leonelli. Uma saudação especial ao nosso presidente Carlos Siqueira que faz um excelente trabalho, ao nosso vice-presidente da República Geraldo Alckmin, ao nosso ministro Márcio França. Quero dizer que, na Bahia, o PSB tem tido muito orgulho. Eu, particularmente, tenho orgulho de fazer parte do Partido Socialista Brasileiro. Viva aos 77 anos do PSB!

(Silêncio)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alguns deputados não ouviram, então vou repetir: já foi votado o Projeto de Lei nº 25.428/2024, no âmbito do Plenário. Portanto, está aprovado o projeto.

Nada mais havendo em pauta, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Júnior, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Ivana Bastos, Jurailton Santos, Manuel Rocha, Marquinho Viana, Pancadinha, Patrick Lopes, Ricardo Rodrigues(justificada), Robinho, Sandro Régis, Soane Galvão e Zó. (17)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.